

**Discurso do Professor Decano Doutor Sebastião José Formosinho Sanches Simões  
na tomada de posse do Reitor da Universidade de Coimbra  
Professor Doutor João Gabriel Monteiro de Carvalho e Silva  
em 1 de Março de 2011**

Senhor Reitor

Senhor Presidente do Conselho Geral

Senhor Presidente do Tribunal Constitucional

Senhor Conselheiro da Embaixada da Federação Russa em Lisboa

Senhor Director-geral do Ensino Superior

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra

Excelentíssimas Autoridades Civas e Militares e Religiosas

Senhores Membros do Conselho Geral

Senhores Membros do Senado

Senhores Reitores e Vice-Reitores

Senhor Presidente da Associação Académica

Senhores Doutores

Senhores Estudantes

Senhores Funcionários,

Minhas Senhoras e meus Senhores

No último quinquénio, o ensino superior português alterou a sua governança na avaliação e financiamento e com legislação que consagra o princípio de um Conselho Geral que designa o Reitor; na sua composição integra «dez personalidades de reconhecido mérito, externas à Universidade de Coimbra», em consonância com a ruptura do modelo da «torre de marfim». No termo do mandato do Reitor Doutor Fernando Seabra Santos, a quem saúdo vivamente e agradeço, bem como à sua equipa, a dedicação à Universidade, é, pela primeira vez, eleito pelo Conselho Geral um novo Reitor, o Professor Catedrático Doutor João Gabriel Monteiro de Carvalho e Silva. Não obstante, ao não conferir ao Presidente do Conselho Geral competência para «representar a Universidade nem pronunciar-se em seu nome», o novo Estatuto quis que se mantivesse a tradição dos Estatutos Velhos e a posse do Reitor eleito continuasse a ser conferida pelo professor Decano, acto que acabou de se cumprir.

Não estou mandatado para significar ao Senhor Reitor quaisquer necessidades urgentes, mas manda-me o dever académico apresentar-lhe, bem como ao Claustro e ao Conselho Geral, algumas reflexões de índole geral sobre a Universidade.

Escutemos um doutor do nosso Claustro, Eduardo Lourenço: «A bem dizer, um povo como o português, de maneira colectiva, só há pouco problematizou a sua relação com o futuro. Uma problematização importada, por assim dizer. Foi na órbita da ciência que essa problematização se fez e nós, quase por definição, estávamos excluídos ou tangencialmente incluídos nela até há um século. [...] Hoje é a primeira vez que Portugal e os Portugueses têm de desenhar, de conceber, de inventar e se dar um futuro a partir de si mesmos. Mas estão tão habituados a ter um futuro 'à mão de semear' — embora pago tantas vezes com suor e lágrimas — que, sem querer, tudo têm feito para não encarar de frente esta ideia simples: não termos futuro se não nos dermos a nós próprios esse futuro»<sup>1</sup>.

Em palavra dos economistas, «Portugal beneficiou ao longo da sua história e no presente, de acesso privilegiado a meios financeiros suficientes — com os resultados da expansão marítima, com a colonização do Oriente, do Brasil e de África, até com as remessas da sua comunidade de emigrantes, e agora com os fundos comunitários. Em períodos históricos diferentes, Portugal utilizou capitais muito superiores ao que poderia ter gerado e acumulado a partir do seu pequeno mercado interno. Apesar dessa vantagem pouco comum, o efeito de modernização desses capitais colocados à disposição da economia portuguesa não conseguiu superar o obstáculo da estrutura dualista da sociedade e da sua propensão para preferir a distribuição à modernização»<sup>2</sup>. Portanto, as invariantes dificuldades da nossa economia ao longo da história, não resultaram da insuficiência de capitais, em contraste com outras economias em que esta falta se converteu num obstáculo à modernização.

Noutro enfoque, os historiadores reconhecem que em alguns períodos da história nacional vivemos com «falta de trocos»<sup>3</sup>. Nos dias presentes, Portugal vê-se num ponto único da história: com “falta de trocos” e sem muitos dos capitais exteriores que lhe permitiram viver desde o século XVI. Daí não restar ao País senão o caminho da geração interna de *recursos e riqueza* para sustentar um nível de vida compatível com a nossa geografia europeia numa União Económica e Monetária.

É neste ponto singular de viragem da nossa história que devemos fazer apelo à Universidade. A base de todo o desenvolvimento humano é o *conhecimento* e, neste campo, as principais contribuições são provenientes das *universidades*.

É certo que a modernização de Portugal não se esgota no desenvolvimento tecnológico, passando mais por uma mudança de mentalidades, atitudes de vida e cultura, processos possíveis mas bastante lentos. Em cerimónia idêntica, em 16 de Março de 1990, o Decano, o Prof. Doutor Costa Ramalho, afirmou: «Um aspecto preocupante é também o da desumanização da ciência, o caso dos especialistas acantonados no seu espaço limitado da realidade humana, e incapazes de verem ou pensarem para além dele». Hoje esta preocupação está minorada pois, como referi na minha Oração de Sapiência de 19 de Setembro de 2007, já reconhecemos que a própria ciência mais pura não é *culture-free*. Se tal não resolve em absoluto o nosso acantonamento, permite todavia um duplo olhar, sobre a ciência e sobre a cultura.

Em 1939 John Bernal publicou uma obra marcante: “*The Social Function of Science*”. O autor reconhecia que a Ciência, à época, não estava a trabalhava ao máximo ao serviço do homem. Mas foram as universidades americanas que mais depressa assimilaram a necessidade de colocar o saber ao serviço da produção de riqueza e de condições de bem-estar individual e colectivo. A denominada “terceira missão” para as Universidades — prestação de serviços especializados, empreendedorismo e inovação — «alterou os objectivos das instituições de onde provinha o saber e o conhecimento, fazendo-as modificar, em conformidade, as suas orientações».<sup>4</sup>

Em palavras do Doutor Fernando Seabra Santos: «A Europa demorou cinquenta anos a reagir. Embora algumas das suas Universidades e mesmo sistemas nacionais tivessem incorporado rapidamente estes conceitos, só muito tardiamente compreendeu que não poderia resistir a este domínio avassalador dos Estados Unidos a não ser criando ela própria **missão, dimensão e escala** no seu sistema científico e universitário»<sup>5</sup>.

Côncio desta realidade, tem andado bem a Universidade de Coimbra, e os seus Reitores, nas medidas de *technology push*, com a criação da incubadora de empresas, o premiado “Instituto Pedro Nunes”, e a “Divisão de Inovação e Transferências do Saber” (DITS). Assim se assumiu a *inovação* e a protecção da *propriedade intelectual*, com relevância empresarial, como uma obrigação cívica para com o País. Bem antes dos tempos em que tomámos consciência de que as

nossas dificuldades resultam, em muito, de vivermos colectivamente acima da nossa produção de riqueza. Como revelou a agência NESTA (*National Endowment for Science, Technology and the Arts*), o crescimento mais rápido é aquele em que a *inovação* é estimulada em todos os sectores da economia, quer na baixa-tecnologia, quer na alta-tecnologia. E a inovação protegida são as *patentes*, mormente as que protegem a mesma invenção nos Estados Unidos, na União Europeia e no Japão. Podem ser verdadeiras pérolas para o nosso desenvolvimento e criação de riqueza.

Todavia há bloqueios estruturais à concretização desta “terceira função” da Universidade. O tecido económico e social português enferma ainda de males profundos e difíceis de contornar. Grande parte das nossas empresas são pequenas empresas (quando não microempresas) e, como sabemos, são quase só as grandes empresas que investem, quando o fazem, na investigação. Acrescem outras dificuldades sempre relacionadas com o atraso social, económico e cultural-educativo: as fraquezas antigas da economia portuguesa, que se baseou sempre numa mão-de-obra barata, muito pouco qualificada e intensiva, e no protecționismo dispensado aos sectores mais tradicionais.<sup>6</sup>

O crescimento económico de um país assume um carácter relativo na competição com outras nações. Às dificuldades já traçadas, acrescem as provenientes da tese de Max Weber, “os países protestantes terem um desempenho económico bem superior ao dos países católicos”, que fazem render menos os talentos e, às vezes, tomam “pérolas” por “cousas pouco recebidas ou inúteis”. Não é um problema religioso mas cultural, pois reflecte-se em todas as culturas de países europeus, dos atlânticos, dos mediterrânicos, dos anglo-saxo-escandinavos.

Há pois que caminhar no mar da nossa cultura para um “*Creative Age*” em Portugal, e atender, nesta vertente a Richard Florida ao ter demonstrado que o sucesso/insucesso dos *clusters* regionais de inovação depende de três factores — os “3 T's” de Florida —: *Talento*, *Tecnologia* e *Tolerância*.<sup>7</sup> Peritos desta “Era Criativa” fazem ressaltar que a *mudança de cultura* é uma meta demasiado ambiciosa, e que geralmente a tarefa realista será a de trabalhar e construir na cultura existente.<sup>8</sup> É pois com e na nossa cultura que temos de trabalhar e progredir, sem ignorar a possibilidade de algumas melhorias mais fáceis de concretizar.

E acresce reconhecer que não há excelentes universidades sem que estas se preocupem com os seus alunos, para que adquiram conhecimentos e competências de alto nível e assim se não possa cantar: «para ser escravo é preciso estudar».

Sobre o presente, também me congratulo com o desempenho científico da nossa Universidade. Quando em Janeiro de 2006 surgiu a base *Essential Science Indicators*, a Universidade de Coimbra tinha apenas duas áreas de *ranking* (Química e Engenharia); trata-se de áreas que se encontram no *top* 1% das citações científicas a nível mundial. Hoje tem “dez”, tal

como a Universidade do Porto, mas com um menor corpo docente e de investigadores. Todavia, num estudo das universidades ibéricas, a Espanha para além do CSIC, possui quatro “Universidades-Top” ( $Rk > 16$ ). Coimbra e Porto fazem parte do grupo das “Universidades Clássicas” ibéricas. Em termos populacionais esperar-se-ia que o nosso país possuísse já uma “Universidade-Top”. Mas, com efeito, Portugal, tal como a Irlanda e a Grécia, não dispõem de nenhuma universidade nos *top-200* nos tradicionais *rankings* universitários, enquanto os restantes países europeus da nossa dimensão delas usufruem. É evidentemente uma questão nacional, mas a que a Universidade de Coimbra não pode estar alheia. Para além de muitos outros requisitos, há um que nos cabe em larga medida: sermos capazes de manter um imprescindível equilíbrio etário no Claustro doutoral e conseguirmos atrair talentos.

Antes de terminar, cumpre-me lançar um olhar sobre o passado à procura de sinais do futuro. Tais alicerces fiduciários vão recair sobre a tradição dos Museus da Universidade. Museus que nos vieram com a Reforma Pombalina e a que o Reitor cessante conferiu coerência. Mas igualmente dinamizou em moldes atractivos para os interesses dos visitantes dos nossos dias, e como um modo lúdico de atrair jovens portugueses para a ciência. De um “Museu da Ciência” à escala do edifício do “Laboratório Chimico”, cujo sucesso tem sido reconhecido a nível internacional e nacional com sucessivos prémios, de que destaco o ter alcançado o do melhor Museu Europeu de Ciência, Técnica e Indústria em 2008 (prémio atribuído pelo Fórum Europeu de Museus), vai-se transitar para uma escala de uma ordem de grandeza superior, a do Colégio de Jesus, já sob a gestão de uma Fundação criada para o efeito. E neste contexto surge uma nova relação da Universidade com o seu património arqueológico e com a cidade e os seus visitantes.

Em palavras de Oliveira Martins, alusivas à Reforma Pombalina, «a filosofia absolutista e clássica não reconhecia ainda que as sociedades crescem e vivem também como plantas, segundo as sementes, os climas, os ares que respiram e as águas que as regam»<sup>9</sup>. Hoje já o reconhecemos, pelo que se reveste de um particular significado que cerca de duzentos e cinquenta estudantes brasileiros tenham iniciado no presente ano lectivo, entre nós, o Programa de Licenciaturas Internacionais do “Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras”, financiado pelo Governo Brasileiro, pelo Grupo Santander e pela Universidade de Coimbra. Da maior relevância a nível global nos contextos gerados no mundo mais desenvolvido pelo Espaço Europeu de Bolonha. Relevante ainda a nível local e europeu, se atendermos a que hoje a Universidade de Coimbra é a universidade portuguesa com maior internacionalização na vertente estudantil, mas, como todas as outras nacionais, vai adquirindo um carácter demasiado regional, a nível do nosso território, que urge contrariar. Estas iluminadas medidas não só recuperam tradições de ilustres brasileiros que cursaram esta Casa, como atenuam os reflexos internos da demografia portuguesa, e bem ainda internacionalizam melhor a *Alma Mater Conimbrigensis*.

Em todos estes «compromissos entre o passado e o futuro, a Universidade precisa de alguém com o conhecimento e a experiência dos problemas herdados e a visão das rotas inovadoras a percorrer no porvir»<sup>10</sup>. Qualquer dos candidatos cumpria o desiderato. Gostosamente cumpri-me apresentar à Doutora Cristina Robalo Cordeiro penhoradas saudações académicas pela elevação que conferiu ao Acto Eleitoral do Reitor.

«Simbolicamente, o Magnífico Reitor já despiu o Capelo, símbolo do seu saber na área da sua Faculdade. Irá governar a Universidade seguindo os rumos da sua inteligência e cultura, [dos consensos gerados e aconselhamentos dimanados em Conselho Geral e em Senado, e do] seu respeito pelos princípios da igualdade, da fraternidade e da dedicação à Universidade. Simbolicamente mantém a Borla, a Capa e batina e o Anel doutoral»<sup>11</sup>, como vínculo a este Claustro a que pertence. Senhor Reitor, muitas felicidades no cargo. Conte connosco se o caminho o tornar mais áspero.

A terminar, agradeço a todos quantos vieram aqui a meu convite acrescentar ao brilho desta solenidade, honrando-nos com a sua presença. Bem hajam!

Disse!

---

<sup>1</sup> Eduardo Lourenço, “Nós como futuro”, em *“A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia”*, *Id.*, pp. 68, 69.

<sup>2</sup> Ernâni Lopes (coord), *“A Economia No Futuro de Portugal”*, Os Grandes Desafios nos Alvores do Século XXI, nº 3, O Sol é Essencial SA, Lisboa, 2009, p. 110.

<sup>3</sup> Rui Ramos, *“A Segunda Fundação (1890-1926)”*, *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, 6º volume, Círculo de Leitores, 1994, Lisboa, p. 155, 157.

<sup>4</sup> Discurso de Abertura Solene das aulas na Universidade de Coimbra proferido pelo Reitor Professor Doutor Fernando Seabra Santos, em 15 de Setembro de 2010.

<sup>5</sup> *Id.*

<sup>6</sup> Luís Miguel Duarte, *“A Universidade melhor do que o País?”*, em *Universidad, Sociedad y Territorio*, Pedro Reques Velasco (editor), Universidad Cantabria, Bilbao, 2010, pp. 297-305.

<sup>7</sup> R. Florida, *“The Rise of the Creative Class: And How it’s transforming work, leisure, community and everyday life”*, Perseus Book Group, New York, 2002.

<sup>8</sup> Sally Gee and Ian Miles, *“Mini Study 04 – Innovation culture”*, INNO GRIPS, September 2008, p. 3: em [grips-public.mediactive.fr/knowledge\\_base/dl/392/orig\\_doc\\_file/](http://grips-public.mediactive.fr/knowledge_base/dl/392/orig_doc_file/); acesso 7 de Outubro 2010, p. 3.

<sup>9</sup> Oliveira Martins, *“História de Portugal”*, Guimarães Editores, Lisboa, 2007, (1ª ed. 1879), p. 351.

<sup>10</sup> Discurso de tomada de posse do Reitor conferida pelo Decano Professor Doutor Américo da Costa Ramalho em 16 de Março de 1990.

<sup>11</sup> Discurso de tomada de posse do Reitor conferida pelo Vice-Decano Professor Doutor Martim Ramiro Portugal e Vasconcelos Ferreira, proferido em 24 de Junho de 1998.